

Reflexão crítica do processo de mercantilização da escola pelas análises de Aranha e Freitas e sua relação com a BNCC

Critical reflection of the school commodification process by the analysis of Aranha and Freitas and its relationship with the BNCC

Arley da Silva Oliveira
Arthane Menezes Figueirêdo
Universidade Federal do Amapá
Macapá-Brasil

Resumo

O presente artigo discute o conceito de mercantilização da educação e trata das ofensivas para formação flexível que objetivam atender os interesses do setor empresarial, ampliando sua influência constatada no processo histórico da educação. Destaca-se suas dimensões centrais – mercantilização e privatização da educação –, com propostas empresariais na educação como os sistemas de *vouchers*. Relaciona-se isto à apreensão de aspectos históricos e conjunturais desse processo, com os conceitos do capitalismo, sendo que historicamente Aranha (2012) aborda como discursos educacionais alinhados as políticas econômicas, contribuem para compreender teorias liberais para formação. Considera-se também a influência neoliberal nas políticas curriculares na promoção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas análises de Pereira e Evangelista (2019) para atender interesses ideológicos empresariais.

Palavras-chave: Mercantilização da educação; História da educação; BNCC.

Abstract

This article analyses education's commodification and deals with the assaults for flexible training that aim to serve the interests of the business sector, extending its influence that has been seen in the historical process of education. Its central dimensions are highlighted – commodification and privatization of education –, with business proposals in education such as voucher systems. This is related to the apprehension of historical and conjunctural aspects of this process, with the concepts of capitalism. Historically Aranha (2012) addresses how educational discourses aligned with economic policies contribute to understanding liberal theories of education. It is also considered the neoliberal influence on curriculum policies in the promotion of the National Common Curriculum Base (BNCC) in the analysis of Pereira and Evangelista (2019) to meet ideological business interests.

Keywords: Commodification of education; History of education; BNCC.

Introdução

O artigo é oriundo do trabalho de pesquisa acadêmica do Curso de Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amapá, com análises de Aranha (2012) que destaca, na obra “História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil”, que o processo educativo na antiguidade estava ligado a uma minoria privilegiada, caracterizado como “[...] centralizado e poderoso, com importância dos dirigentes, dos altos funcionários do governo, sacerdotes e escribas” (Aranha, 2012, p. 47). A autora também explica que a divisão de classes surgiu de uma “[...] minoria privilegiada pertencente à administração dos negócios, enquanto a grande massa da população se ocupava com a produção propriamente dita” (Aranha, 2012, p. 47).

Já a obra “A Reforma Empresarial da Educação: Nova Direita, Velhas Ideias”, de Freitas (2018), aborda a ideia de que existe um controle ideológico e econômico das classes dominantes sobre a educação, transformando-a em uma mercadoria de categoria empresarial. O autor alerta para o perigo de naturalizar o sucesso escolar por meio da meritocracia, ideia defendida por aqueles que acreditam na modalidade escolar baseada em *charters*ⁱ e programas privatizados da escola. Segundo Freitas (2018), essa perspectiva é vista pela classe dominante como uma saída e justificativa para expandir esse modelo para as demais estruturas escolares, correspondendo a interesses empresariais por meio de estímulos e financiamento de dinheiro público para *vouchers*ⁱⁱ e programas *charters*.

Na análise do processo educativo e histórico, Aranha (2012) destaca a intensificação econômica que acentuou as mudanças nas políticas educacionais pelos interesses de uma classe favorecida, detentora de propriedades e administradora de negócios, caracterizada pela dominação de determinados grupos econômicos e políticos. Junto a isso, pensadores clássicos da economia e filosofia, como Karl Marx, Hegel, John Locke e Robert Owen, permitiram a compreensão por meio de suas análises a partir do funcionamento do capitalismo e da sociedade.

Nesse sentido, descrevemos os fenômenos no campo educacional do positivismo de Augusto Comte, fundador da sociologia e defensor de uma sociedade voltada para a construção evolutiva de um Estado positivo. Segundo Aranha (2012), o modelo tecnicista com inspiração Taylorista tem como forma a produção padronizada, pois os trabalhos são realizados de forma especializada e alienada para atender a determinadas funções cronometradas no chão de fábrica.

A crítica que Aranha (2012) faz das implicações da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 é que esta atende ao formato em sua proposta de ensino o tecnicismo, atendendo, assim, o interesse do empresariado. O mercado capitalista que, por meio de empresas privadas, adentra no mercado educacional para profissionalização em massa, produz uma educação profissional articulada com o ensino regular ou por instituições profissionalizantes.

A formação do estudante pelo sistema de *vouchers* é objeto de estudos e críticas de Freitas (2018), com destaque ao forte ataque do empresariado para transformar o ambiente educacional em um mercado acionário. Este mercado traz o viés ideológico do neoliberalismo de que, com a melhoria da escola, ou seja, sua privatização pelos sistemas de *vouchers* e *charters*, a qualidade do ensino poderia se desenvolver.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por finalidade destacar os pensamentos de Aranha e Freitas que apontam os avanços do mercado capitalista nos aspectos históricos, ideológicos e econômicos no discurso de metodologias de aprendizagem na escola. A educação pelos defensores do mercado, ligados ao empresariado no mundo globalizado, compreendem que uma educação com qualidade ocorre com professores terceirizados, que é possível mediante uma educação eficiente com baixo custo em comparação a uma empresa privada.

Em vista disso, Aranha e Freitas criticam o pensamento liberal que busca compreender o funcionamento dos mecanismos de controle das políticas de Estado pela ideologia dominante do mercado empresarial, de forma a desqualificar o serviço público para, em seguida, conceder à iniciativa privada a expectativa de eficiência no processo de ensino e geração de empregos.

Existem também estudos e críticas em torno da BNCC, pois ela atende, na sua construção e elaboração curricular, o interesse do mercado e de setores conservadores, influenciando as políticas educacionais no Brasil. Muitos pesquisadores e educadores têm levantado questões sobre as reformas em torno da BNCC, como ela é interpretada e implementada (Süsselkind, 2019; Pereira; Evangelista, 2019). Portanto, temos uma reforma educacional dentro da lógica de empresas com o suposto discurso sem fins lucrativos, como nos *vouchers*, e o processo educacional mercantilizado para o lucro empresarial em detrimento do interesse público (Freitas, 2018).

Ideias liberais para o processo de mercantilização da educação

É importante destacar a evolução histórica da educação, com enfoque em obras de Maria Lúcia de Arruda Aranha e Luiz Carlos de Freitas, abordando o surgimento das classes sociais, influência do liberalismo e do capitalismo, a Revolução Industrial, movimentos revolucionários e as transformações no sistema educacional. Além disso, analisaremos a privatização da educação por meio de *vouchers* e seu impacto nas desigualdades sociais.

Neste artigo destacamos as reflexões sobre o processo educativo histórico, com base nas obras de Aranha (2012) e Freitas (2018). Procuramos resgatar traços desses dois livros, que abrangem os recentes fenômenos sociais e políticos que vivemos, com o forte controle e repressão ideológica, policial e política contra movimentos sociais, com apelo da retórica fascista de alguns políticos conservadores e liberais no Brasil.

De acordo com Aranha (2012), o processo educativo na antiguidade estava ligado a uma minoria privilegiada, caracterizado por ser "centralizado e poderoso, com importância dos dirigentes, dos altos funcionários do governo, sacerdotes e escribas" (Aranha, 2012, p. 47).

Além disso, a autora explica que o surgimento da divisão de classes deu-se por meio de uma "minoria privilegiada pertencente à administração dos negócios, enquanto a grande massa da população se ocupava com a produção propriamente dita" (Aranha, 2012, p. 47). Essa nova classe dos negócios subordina as classes inferiores, como escravos, artesãos, soldados e camponeses que trabalhavam obrigados no campo.

De acordo com Aranha (2012), as ideias do capitalismo liberal e seu colonialismo dominador devem ser apresentadas e organizadas com detalhes históricos da prática educativa de diferentes tempos e regiões do mundo e do Brasil, para compreendermos o sentido das teorias educacionais liberais argumentadas como ideais para a educação. A autora analisa, a partir dos estudos das sociedades primitivas e das pequenas tribos, a questão da produção e repartição de bens entre os membros do grupo de forma igualitária e necessária. Também comenta a sociedade Grega e a hegemonia do pensamento racional sobre o mitológico de Homero no questionamento da existência dos deuses do Olimpo pelos filósofos racionalistas.

A pensadora Aranha (2012) demonstra, em sua obra, que os acontecimentos históricos são caracterizados como mutáveis e que a própria história está em constante movimento. Na contemporaneidade, a autora destaca que "A história tomou nova

configuração, consolidada no Iluminismo do século XVIII" (Aranha, 2012, p. 10). Esse período foi marcado pela ruptura com a tradição aristocrática do Antigo Regime, levada a efeito pelas revoluções burguesas e posteriormente pelos pensadores iluministas.

De acordo com Aranha (2012), o positivismo de Augusto Comte reduz a complexidade da realidade, analisando e simplificando o objeto estudado e determinando a realidade mediante uma visão metodológica e científica, em vez de uma visão dos fenômenos sociais. Além disso, a autora destaca o pensamento de Friedrich Hegel (1770-1831), que representa uma corrente importante no século XIX devido à sua inovação na compreensão da história como um processo dialético, impulsionado pela contradição dialética.

esse movimento da história ocorre em três etapas – tese, antítese e síntese – em que a tese é a afirmação, a antítese é a negação da tese, e a síntese é a superação da contradição entre tese e antítese. Esta, no que lhe concerne, vai gerar uma nova tese, negada pela antítese e assim por diante. Como se vê, a maneira dialética de abordar a realidade considera as coisas na dependência recíproca e não linear (Aranha, 2012, p. 11).

Aranha (2012) postula a ideia da dialética histórica de Hegel, e a confronta destacando Karl Marx (1818-1883) que se apropria desta dialética, invertendo sua filosofia de que o movimento histórico não determina a realidade. Entretanto, a história da humanidade se transforma, se modifica pelas lutas de classes, que o homem modifica sua própria natureza e dos outros homens e que sua história não precisa recorrer à existência de um espírito absoluto.

Seguindo na mesma obra, Aranha (2012) destaca a ascensão de uma nova classe, a burguesia, que advém do século XVII, quando os artesãos e a produção eram predominantemente domésticos e as relações e divisão do trabalho ainda tinham resquícios do feudalismo. Sobre o Mercantilismo, Aranha (2012) comenta ser o responsável por enriquecer essa nova classe, a burguesia, que agora controla o comércio, com forte influência sobre pensadores e a defesa do direito político, da propriedade privada e do livre mercado.

Aranha (2012) demonstra que o liberalismo burguês se impôs ao excessivo controle do Estado e sua interferência na economia e política, tendo como intérprete do liberalismo inglês o filósofo John Locke (1632-1704). Segundo a autora, o pensador "exprime os anseios da burguesia, o seu liberalismo opunha-se ao absolutismo dos reis, fazendo restrições à interferência do Estado na vida dos cidadãos, em defesa da iniciativa privada"

Reflexão crítica do processo de mercantilização da escola pelas análises de Aranha e Freitas e sua relação com a BNCC

(Aranha, 2012, p. 243).

Desta forma, a autora rememora criticamente a organização da educação, destacando as mudanças que ocorreram com o advento da Revolução Industrial e com profundos acontecimentos sociais e econômicos. Esse processo pressionou a saída de camponeses para a indústria, sendo que as massas foram forçadas e alienadas pelo sistema de exploração capitalista industrial, de forma que as condições de trabalho e existência digna eram negadas para os trabalhadores, que agora deveriam se especializar e se profissionalizar para as indústrias.

As ideias em torno da exploração dos trabalhadores eram, então, motivo para o surgimento de movimentos revolucionários e utópicos. Como mencionado por Aranha (2012), o britânico Robert Owen (1771-1858) acreditava, racionalmente, que a massa poderia ser esclarecida e educada para mudar sua história de exploração e desumanização. Para isso, Owen propunha "a instrução geral para toda criança, o que a tornaria apta para os fins da sociedade" (Aranha, 2012, p. 350), o que poderia resultar em "uma classe trabalhadora emancipada".

Para Owen, a transformação da sociedade seria resultado não apenas do desenvolvimento intelectual e educacional no início do século XX. Já a mentalidade mercantilista defendida por Wilhelm Dilthey (1833-1911) também é mencionada, a qual propõe que a escola siga o modelo de produção eficiente, adotando um ensino padronizado que atenda às necessidades do mercado e dos interesses dos grupos econômicos do liberalismo cada vez mais desigual e competitivo.

Outra crítica que a autora realiza é sobre o modelo educacional tecnicista de organização e administrativo de empresas em que “os seres humanos são instrumentos de produção, tão importantes quanto máquinas, sendo preciso saber manejá-los” (Aranha, 2012, p. 446). O processo de organização de comparar a escola a uma indústria inspirou no Brasil a Escola Nova que, nas décadas de 1960 e 1970, chegou a esboçar uma tendência tecnicista.

O modelo tecnicista com inspiração taylorista é uma forma de produção industrial que determina as fases da produção com mais eficiência e rapidez, planejada por uma gestão administrativa organizacional que divide as tarefas na indústria com características cronológicas, padronizadas e precisas para que trabalhadores cumpram seus objetivos junto ao sinônimo da competitividade global de massa.

O taylorismo, igualmente inspirado pelo positivismo, foi uma maneira pela qual as indústrias do começo do século XX conseguiam tornar mais ágil a produção em série. O processo taylorista separa a concepção da execução do trabalho, criando o setor de planejamento e submetendo o operário ao parcelamento das tarefas. Não por acaso, os novos gestores do projeto de educação também se orientavam pelas teorias de Taylor e Fayol, mestres da Teoria Geral de Administração de Empresas (Aranha, 2012, p. 556).

As implicações das teorias educacionais do século XX na educação, como o Taylorismo, explicam o processo de associação da indústria para a escola pela necessidade da formação para o trabalho alinhado à ideologia do progresso tecnológico. No Brasil, após vários debates e modificações da LDB, destacamos, na reforma da Nova LDB 1996, o objetivo de atender às perspectivas para formação profissional para o trabalho e ao interesse da iniciativa privada. O exemplo pedagógico deveria favorecer o mercado, com ênfase na formação para o mercado e a abertura dos investimentos privados na educação, realizando, assim, o fetiche do empresariado pela educação.

Em seguida, diz o artigo 40: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Desse modo, proliferaram as “escolas técnicas” geralmente privadas, cujo objetivo é sempre o de atender às demandas do mercado e que, por isso mesmo, estão mais voltadas para o adestramento. É bom lembrar que no primeiro projeto encaminhado à Câmara, a educação profissional achava-se articulada à formação geral e humanística (Aranha, 2012, p. 572).

Trata-se aqui de duas ideias que são motores do desenvolvimento capitalista: a primeira seria a do Fordismo, que predominou boa parte do século XX, com o modelo de organização de trabalhadores nas indústrias para produção em massa e a abertura das políticas para atender a interesses do mercado, com as reformas e privatizações dos serviços públicos caracterizado pelo neoliberalismo capitalista. A segunda ideia é a do Estado pela economia neoliberal, sendo que, em um sistema capitalista, sugere-se que o poder governamental e democrático, não intervenha na economia, defenda a ideia do livre mercado, ao mesmo tempo estimulando investimentos públicos e privados para geração de empregos. Chega-se em uma conclusão incoerente e dicotômica, na qual o interesse privado prevalece sobre o interesse público e coletivo, contrariando políticas sociais para o bem-estar social defendidas na Constituição Federal do Brasil de 1988.

A privatização da escola pelo sistema de vouchers

Logo em seguida, na análise da educação para formação de trabalhadores alienados e privados de sua subjetividade, Freitas (2018) destaca que existe um controle ideológico e

Reflexão crítica do processo de mercantilização da escola pelas análises de Aranha e Freitas e sua relação com a BNCC

econômico das classes dominantes, que transforma a educação em uma mercadoria de categoria empresarial. Essas classes dominantes utilizam instrumentos de violência e privatizam a educação para atender aos seus interesses.

Nesse contexto, a contribuição da obra de Freitas (2018) visa destacar os “Novos Reformadores” para a educação, do contexto privado para o setor público, relacionando a vida dos negócios, dentro do sistema neocapitalista para a escola, que visa adequá-la aos parâmetros de uma empresa, para que desenvolva as habilidades necessárias em seu processo de produção para o trabalho. Os estudantes são de alguma forma introduzidos pela metodologia de ensino por meio dos livros didáticos, testes, avaliações e conteúdos ensinados pela influência do empreendedorismo, pela gestão de negócios do ensino inspirado no modelo de administração de uma empresa.

O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo essa visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado produzirá uma sociedade melhor. Os cidadãos estão igualmente inseridos nessa lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social (Freitas, 2018, p. 31).

Nessa visão de mundo, a educação tem a finalidade de desenvolver a competência do “aprender fazendo”, com o pragmatismo estrutural do capitalismo ultraliberal e conservador para melhoria da gestão escolar da educação pública do país que atenda as demandas e exigências avaliativas das agências internacionais. Podemos considerar um desses órgãos internacionais, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), como ideal a ser seguido pelos países que procuram a “Qualidade de ensino”, para produzir e aumentar o desempenho nas avaliações externas entre os países.

Na formulação de uma educação crítica e revolucionária (McLaren; Farahmandpur, 2002), a iniciativa privada, ao ganhar seus espaços e influenciar e transformar o ambiente de aprendizado na concepção empresarial, frente aos desafios do mundo globalizado, tem seus efeitos nos conteúdos curriculares. Um dos propósitos é a formação objetiva e subjetiva do estudante em seu aprendizado com foco para o “empreender” e “aprender a aprender”, competências essenciais para garantir, em uma sociedade competitiva e globalizada, as habilidades para construção de sua autonomia nos termos empresariais.

McLaren e Farahmandpur (2002) destacam que, para formação do capital humano, é necessária, dentro da lógica do sistema capitalista, uma formação que tenha efeitos relacionados à globalização, que consequentemente atinge a economia, as relações sociais

e a economia em um mundo interligado pela globalização.

Freitas (2018) aponta em seus estudos o avanço do neoliberalismo da forma de *vouchers* e suas variantes no espaço escolar, com processo intenso de privatização que atende a grupos empresariais como Instituto Natura e o Instituto Lemann. A proposta empresarial é que, melhorando a educação via privatização, a sociedade se aperfeiçoaria em sua competitividade. Esta retórica de grupos privados é uma ideia defendida por conservadores, reacionários que atendem o ideal de sociedade individualista e não solidária que tem como hegemonia a concepção neoliberal. De acordo com Freitas (2018, p. 49) “a modalidade de privatização por *vouchers* (dinheiro repassado diretamente aos pais) proposta pela política neoliberal é o seu nível mais elevado de privatização e permite o livre mercado pleno, sem interferências do governo (cf. Chubb & Moe, 1990)”.

O uso de *vouchers* para educação incentiva a competição entre as escolas privadas que adotam esse modelo. Pais que matriculam seus filhos em escolas terceirizadas argumentam que a educação privada é superior à pública devido à gestão privada.

Sobre o não domínio público do sistema Estatal, a concessão do sistema educativo a entidades, Organizações Não Governamentais (ONGs) e a empresas que buscam o lucro, o processo de privatização é colocado na escola como uma forma de não apenas inseri-la no mercado competitivo do livre mercado, mas de aumentar a sua produtividade e eficiência, tirando-a do controle governamental. A “sociedade do conhecimento” é o estágio que nos encontramos – segundo os defensores do empresariado global, a quarta revolução tecnológica-informacional, permitindo uma organização social que modele as diversas formas na política e ideologias econômicas que qualifiquem o trabalhador para o mercado.

Os sistemas de *vouchers* são investigados por Milton Friedman (1995 *apud* Freitas, 2012), que compartilha seus estudos na concessão do Estado à iniciativa privada (com ou sem fins lucrativos) para que o mercado educacional atenda às expectativas de crescimento econômico. Escolas privatizadas pela adoção dos *vouchers* configuram uma evolução pelo olhar de não estar sob o controle do Estado, sua fiscalização e rigidez burocrática.

A escola, para muitos reformadores empresariais, deve seguir uma padronização, o modelo administrativo de uma empresa, que gere no ambiente escolar a competição e, com isso, a melhoria dos testes de qualificação das provas e testes internacionais e

Reflexão crítica do processo de mercantilização da escola pelas análises de Aranha e Freitas e sua relação com a BNCC

nacionais. Uma ofensiva da reforma empresarial é a adoção dos programas de *vouchers*, em que a educação em escolas públicas pode passar por um processo de privatização mediante cobranças de mensalidades na medida em que as famílias podem fazer suas escolhas da melhor escola para educar seus filhos.

Freitas (2018) acompanha com preocupação a privatização em andamento do sistema educacional público para o programa de *vouchers* que, por conseguinte, aumentaria as desigualdades sociais entre ricos e pobres, pelo fato de a classe dominante ter melhores condições financeiras de educar, posteriormente aumentando as desigualdades e até a segregação no processo educativo em determinadas localidades geográficas.

A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um instrumento central no contexto do sistema educacional brasileiro, estabelecendo as diretrizes para a construção dos currículos das escolas de todo o país (Brasil, 2016). Trata-se de um documento que visa garantir a homogeneidade e a qualidade da educação, definindo as competências e as habilidades essenciais que todos os estudantes devem adquirir ao longo de sua trajetória escolar. A BNCC possui implicações profundas nas práticas pedagógicas e na organização curricular das escolas, sendo fundamental para a promoção de uma educação equitativa e inclusiva.

A BNCC é o resultado de um extenso processo de discussão e revisão, com contribuições de especialistas, educadores, gestores escolares e outros atores envolvidos no campo da educação. A sua implementação é vista como uma oportunidade de melhorar a qualidade do ensino no Brasil e de enfrentar desigualdades históricas no acesso à educação de qualidade. No entanto, apesar dos seus objetivos nobres, a BNCC tem sido alvo de indagações, principalmente no que diz respeito à influência do setor privado no processo educacional (Pereira; Evangelista, 2019).

Portanto, a BNCC desempenha um papel central no sistema educacional brasileiro, buscando promover a equidade e a qualidade na educação. No entanto, os problemas e as preocupações relacionados à influência do setor privado e à privatização da educação levantam questões importantes sobre como a BNCC está sendo implementada e como ela pode impactar a diversidade e a adaptabilidade do sistema educacional. É fundamental manter um equilíbrio entre os objetivos da BNCC e a necessidade de garantir uma educação

pública de qualidade, acessível a todos, em meio a um cenário de crescente privatização.

Críticas à BNCC no contexto da privatização da educação

Desta forma, a BNCC não está isenta de questionamentos, especialmente quando vista à luz de sua crescente influência do mercado educacional no Brasil. Muitos especialistas e educadores têm levantado questões sobre como a BNCC pode ser interpretada e implementada nesse contexto. Maria Luiza Süsskind (2019) é uma das vozes críticas nesse sentido. Em seu artigo, ela argumenta que as reformas no Ensino Médio relacionadas à BNCC podem ser percebidas como arrogantes, indolentes e malévolas. Essas reformas refletem o desejo de adequar a educação às demandas do mercado, em detrimento de uma abordagem mais centrada no estudante (Süsskind, 2019).

A influência de atores do mercado educacional, como organizações e entidades privadas, tem sido notável na interpretação e promoção da BNCC. Jennifer Nascimento Pereira e Olinda Evangelista (2019), em seu artigo "Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann", destacam como entidades privadas desempenham um papel significativo na divulgação da BNCC e na formação de professores. Organizações como a Nova Escola e o Instituto Lemann têm participado ativamente nesse processo, moldando a maneira como a BNCC é compreendida e implementada nas escolas (Pereira; Evangelista, 2019).

A privatização da educação é uma das preocupações mais significativas relacionadas à BNCC. A crescente influência do setor privado no sistema educacional brasileiro tem levado a uma interpretação da BNCC que busca alinhar a educação com os interesses do capitalismo neoliberal. Isso pode traduzir-se em uma formação de mão de obra qualificada com menor custo, no entender de Araújo e Oliveira (2017, p. 90):

na sociedade capitalista a educação escolar situada na dimensão da superestrutura (ideológica e política) tem o papel de formar os trabalhadores ou os futuros trabalhadores e segue, para tanto, as necessidades impostas pela infraestrutura (base produtiva-econômica) (Araújo; Oliveira, 2017, p. 90).

O papel de empresas e organizações no cenário educacional

A participação de empresas e organizações no cenário educacional brasileiro desempenha um papel significativo na interpretação e promoção da BNCC (Pereira; Evangelista, 2019). A influência desses atores externos tem sido notável na forma como a

Reflexão crítica do processo de mercantilização da escola pelas análises de Aranha e Freitas e sua relação com a BNCC

BNCC é compreendida e implementada nas escolas do país. Nesse contexto, a presença de entidades como a Nova Escola e o Instituto Lemann tem suscitado debates e questões relevantes sobre o direcionamento da educação e a autonomia das escolas.

A Nova Escola, por exemplo, é uma organização educacional que desempenha um papel ideológico a favor do mercado liberal de maneira ativa, com o discurso de promoção da BNCC. Ela se destaca por fornecer materiais didáticos e recursos para professores em todo o país. Embora esse suporte seja valioso, a influência da Nova Escola na formação dos educadores pode suscitar preocupações quanto à independência e à pluralidade de perspectivas na educação. O fato de uma organização externa estar tão envolvida na preparação de materiais e recursos educacionais pode influenciar a maneira como os professores ensinam e os alunos aprendem (Pereira; Evangelista, 2019).

Da mesma forma, o Instituto Lemann é uma entidade que se dedica a promover a “terceirização” na educação pública no Brasil. Ele tem sido um dos defensores da BNCC e tem trabalhado ativamente para disseminar a compreensão e a implementação do documento nas escolas. No entanto, a atuação do Instituto Lemann e de organizações semelhantes levanta questões sobre a direção da educação no Brasil. A preocupação reside no fato de que, ao permitir que entidades privadas influenciem fortemente o sistema educacional, a autonomia das escolas e a diversidade curricular possam ser comprometidas (Pereira; Evangelista, 2019).

Essa influência externa no sistema educacional brasileiro, em parte relacionada à BNCC, levanta preocupações mais amplas sobre a privatização da educação. À medida que empresas e organizações desempenham um papel significativo na interpretação e promoção da BNCC, o alinhamento da educação com os interesses do mercado torna-se uma preocupação. Essa orientação pode resultar em uma abordagem mais tecnicista, centrada em resultados de avaliações padronizadas, em detrimento de uma educação mais holística que leve em consideração as necessidades individuais e locais dos estudantes.

A busca por eficiência e resultados mensuráveis pode levar a uma padronização excessiva que não leva em consideração a diversidade de contextos e necessidades dos estudantes. Essa influência do mercado e a ênfase em resultados podem pressionar as escolas a se concentrarem em atingir metas de desempenho, potencialmente negligenciando áreas igualmente importantes, como o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e a promoção da cidadania ativa.

Considerações finais

Por fim, é possível concluir que a história da educação está intrinsecamente ligada ao contexto social, político e econômico de diferentes épocas. O processo educativo na antiguidade era caracterizado pela concentração de poder nas mãos de uma minoria privilegiada, resultando em divisões de classe significativas. Essas divisões foram acentuadas com a ascensão do capitalismo e o surgimento da burguesia, que redefiniu o papel da educação na sociedade.

A influência das ideias liberais, como as de John Locke, desempenhou um papel fundamental na mudança da relação entre Estado, educação e mercado. A Revolução Industrial, por sua vez, transformou a mão de obra em trabalhadores especializados e alienados, “preparando o terreno” para movimentos revolucionários e utópicos, como os de Robert Owen, que buscavam uma educação emancipadora.

No entanto, a evolução da educação também trouxe consigo o tecnicismo inspirado no Taylorismo, que comparava a escola a uma indústria, resultando em uma abordagem mais padronizada e centrada na eficiência. A reforma da LDB de 1996 refletiu a influência do empresariado, enfatizando a formação profissional alinhada aos interesses do mercado.

A obra de Luiz Carlos de Freitas (2018) destaca a privatização da educação como uma tendência empresarial. Por meio de instrumentos como *vouchers* e programas *charter*, as classes dominantes exercem controle ideológico e econômico sobre a educação, transformando-a em uma mercadoria de categoria empresarial. Isso reflete a visão neoliberal de que a competição entre escolas e a privatização são os caminhos para a melhoria da qualidade educacional.

No entanto, essa abordagem levanta preocupações significativas. A privatização da educação pode agravar as desigualdades sociais, aumentando a segregação e tornando o acesso à educação de qualidade mais difícil para as famílias de baixa renda. Além disso, coloca em questão a natureza da educação como um bem público e com uma função na formação da cidadania.

A influência do mercado educacional no Brasil, juntamente com a crescente privatização da educação, coloca em foco a implementação da BNCC e suas implicações na qualidade e equidade da educação pública no país. A privatização da educação, por meio de programas de *vouchers* e a influência de entidades privadas, como a Nova Escola e o Instituto Lemann, tem suscitado preocupações sobre a padronização do ensino e o

Reflexão crítica do processo de mercantilização da escola pelas análises de Aranha e Freitas e sua relação com a BNCC

comprometimento da autonomia das escolas e dos professores.

A BNCC, embora seja uma tentativa de promover a qualidade e a equidade na educação, precisa ser interpretada e implementada de forma a preservar a educação pública como um pilar fundamental da sociedade brasileira. Isso implica em manter a diversidade curricular, a autonomia das escolas e a promoção de uma abordagem centrada no desenvolvimento holístico dos estudantes. A influência do mercado educacional e a privatização da educação não devem comprometer o acesso a uma educação de qualidade para todos os brasileiros, independentemente de sua origem social ou econômica.

Portanto, é crucial que o debate sobre a BNCC e sua implementação leve em consideração as vozes críticas que alertam para os riscos da privatização da educação e da influência do mercado educacional. A preservação da educação pública de qualidade é fundamental para o desenvolvimento do Brasil e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que valorize a educação como um direito de todos os cidadãos.

A evolução da educação ao longo da história reflete as mudanças sociais, políticas e econômicas que moldaram nossa sociedade. A privatização da educação, impulsionada pelo neoliberalismo e incentivada por meio de *vouchers*, é um tema de debate crucial. É fundamental refletir de forma crítica os impactos sociais e econômicos da influência neoliberal no processo educativo brasileiro, garantindo que a qualidade educacional e a igualdade de oportunidades para todos sejam prioridades em qualquer sistema educacional.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil.** 3. ed. Belenzinho: Moderna, 2012. 685 p.

ARAÚJO, Renan; OLIVEIRA, Helen Cristina de. Implicações da lógica da teoria do capital humano sobre o trabalho educativo: um olhar histórico. **Pedagogia em Foco**, Iturama, v. 12, n. 7, p. 88-101, jan./jun., 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2022.v4i1n8.668-673>. Acesso em: 16 jul. 2022.

MCLAREN, Peter; FARAHMANDPUR, Ramin. **Pedagogia revolucionária na globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PEREIRA, Jennifer Nascimento; EVANGELISTA, Olinda. Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n. 10, p. 65-90, jan./jun., 2019.

RENZULLI, Linda; ROSCIGNO, Vincente. Charter school policy, implementation, and diffusion across the United States. **Sociology of Education**, Albany, v. 78, p. 344-366, oct. 2005.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 91-107, jan./maio, 2019.

Notas

ⁱ As escolas charters possuem autonomia e têm como propósito pelos seus defensores da privatização, que teve início na década de 1990 nos Estados Unidos, o estímulo à concorrência e melhoria dos resultados, pois, “ao contrário das tradicionais escolas [públicas], cuja administração é uma burocracia executada por agências governamentais, as charter são desenvolvidas e gerenciadas por indivíduos ou grupos de pais, membros da comunidade, professores ou organizações de gestão da educação” (Renzulli; Roscigno, 2005, p. 345).

ⁱⁱ Vouchers são programas de financiamento estatal com recursos públicos para instituições privadas, com a justificativa que são mais eficientes, planejados pelas concepções neoliberais na formação do sujeito, desenvolvendo “[...] o básico para o cidadão, expresso pelo valor de um voucher” (Freitas, 2018, p. 33).

Sobre os autores

Arley da Silva Oliveira

Licenciado Pleno em Filosofia pela Universidade Estadual do Amapá, Especializado em Ensino de Filosofia no Ensino Médio pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Mestre em Educação pela UNIFAP. Atua como professor na rede Estadual de Ensino Médio do Estado do Amapá.

E-mail: arleyds18@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7945-7924>

Arthane Menezes Figueirêdo

Realizou Estágio Pós-Doutoral em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Mestre e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). É professora Associada da UNIFAP, atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação e no curso de Pedagogia.

E-mail: arthane@unifap.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9124-5086>

Recebido em: 12/06/2024

Aceito para publicação em: 23/03/2025